

Inocêncio insiste em agilizar julgamento

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara recebe amanhã as representações contra 16 deputados e um suplentes indicados para cassação pela CPI do Orçamento. A rapidez do julgamento depende, porém, da aprovação do projeto de resolução que estabelece

Atualmente as sessões são semanais, o que torna o prazo de defesa — de cinco sessões — excessivamente longo. Os advogados dos acusados estão trabalhando para que não haja quorum para aprovação do projeto e, com isso, ganhem mais tempo para defesa.

Preocupado com as manobras protelatórias, que já atrasaram em duas semanas o início do julgamento dos acusados, o presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira (PFL-PE) apelou aos líderes dos partidos para que convoquem suas bancadas a comparecerem em peso à sessão de amanhã.

Tão logo receba as representações, a CCJ entregará cópia do auto de acusação a cada um dos envolvidos. Nesse momento começa a contar o prazo da defesa. Caso algum acusado não apresente defesa escrita, será designado advogado dativo, que terá novo prazo e cinco sessões para fazê-lo.

A previsão de Inocêncio é que até 15 de março todos os corruptos do orçamento estejam cassados. A seu ver, a investigação da CPI está fartamente embasada em provas, o que facilitará o trabalho da CCJ.

Cautela — O problema é que, no

meio do processo, precisamente em 15 de fevereiro, o presidente da CCJ que iniciará o processo, deputado José Dutra (PMDB-AM), terá o mandato extinto e será substituído pelo novo presidente, provavelmente o deputado José Thomaz Nonô (PMDB-AL), que defende uma tramitação mais cautelosa.

Presidente da polêmica CPI da Vasp, Nonô já avisou que, caso assim, não eliminará qualquer etapa que, a seu ver, prejudique a ampla defesa dos acusados.

Pelos seus cálculos, o julgamento se estenderá pelo menos até o final de abril. Em compensação, ele quer que as sessões da CCJ sejam abertas à imprensa e ao público credenciado, como forma de dar transparência ao julgamento.

Além do senador Ronaldo Araújo (PMDB-RO), cujo processo já está em curso no Senado, a CPI indicou para cassação o suplente de deputado Feres Nader (PTB-RJ), e os deputados Anníbal Teixeira (PTB-MG), Cid Carvalho (PMDB-MA), Daniel Silva (PPR-MA), Ezio Ferreira (PFL-AM), Fábio Raunheitti (PTB-RJ), João de Deus Antunes (PPR-RS), Flávio Derzi (PP-RS), Genebaldo Correia (PMDB-BA), João Alves (sem partido-BA), Ricardo Fiúza (PFL-PE), Carlos Benevides (PMDB-CE), Paulo Portugal (PP-RJ), Raquel Cândido (PTB-RJ), Manoel Moreira (PMDB-SP), José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG) e Íbsen Piñeiro (PMDB-RS).